



Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

ANEFA reúne com Eurodeputado João Ferreira

Em época de comemorações do Dia Mundial da Floresta, infelizmente nem tudo são motivos de festejo!

A ANEFA reuniu com o Eurodeputado do PCP, João Ferreira, com a missiva de apresentar o panorama do sector florestal nacional, e inevitavelmente, o encontro centrou-se nos temas que envolvem igualmente a Comissão Europeia.

Em linhas gerais, a Associação defendeu uma vez mais a simplificação do ProDeR, com agrupamento de algumas acções, facilitando o recurso às medidas e uma escolha mais assertiva do investimento a realizar. Do mesmo modo, e para que o processo seja dinâmico e operacional, considerou-se que os pedidos de apoio não deverão estar sujeitos a um prazo de candidatura, permitindo uma maior agilidade e articulação na apresentação dos projectos.

Também a simplificação dos Planos de Gestão Florestal foi ponto de consenso. Segundo o que foi já apresentado pela ANEFA aos responsáveis nacionais, o documento apenas deveria caracterizar o proprietário, identificar a área geográfica da exploração e apresentar uma calendarização das intervenções, sendo a informação sobre Regimes legais, caracterização biofísica e de recursos, apenas cruzada com a referência a Planos Regionais de Ordenamento Florestal, Planos Directores Municipais, Planos Operacionais Municipais, etc.

No caso do Nemátodo, e reconhecida a estratégia falhada que aponta para 10% de área afectada, foi apresentada a necessidade da aplicação de um plano a curto prazo, dando prioridade ao consumo de madeira infectada e do envolvimento de todos os agentes do sector. Ainda no âmbito das pragas e doenças, o Cancro Resinoso do Pinheiro teve especial destaque sobre as implicações da transposição da Decisão Comunitária.

A proposta de Regulamento que está a ser discutida ao nível da Comunidade Europeia e que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos de madeira, tinha sido já tema apresentado pela ANEFA ao Eurodeputado, com a indicação de que Portugal defenda a não existência de abate ilegal de madeira, uma vez que esta é uma operação florestal prevista na lei e as espécies a corte são passíveis de o serem. Apesar de existirem efectivamente espécies florestais em que é necessária uma autorização para o seu corte, estas são protegidas por lei, e se a lei já o

prevê, não se compreende o que este Regulamento traz de novo, para além de um constrangimento assombroso, colocando em risco todo o sector florestal, e conseqüentemente a economia nacional.

Assim, a ANEFA, e lamentando o facto de este ser um processo sem retrocesso, mostrou ser fundamental uma definição clara de *operador* e de *colocação no mercado pela primeira vez* pois estes conceitos irão balizar todo o processo, pelo que é elementar que se saiba quem e como está a ser envolvido. Por sua vez, as PME's têm de ser salvaguardadas da implementação de um sistema desta dimensão, com risco de estagnar todo o sector florestal, pois não havendo resposta à exigência, este regulamento apenas servirá para a falência de diversas empresas e aumento do desemprego.

Reconhecido o carácter penalizador do regulamento, que não transparece a vertente de incentivo ao cumprimento que deveria, torna-se curioso o facto das coimas só se relacionam com o não cumprimento do sistema e nunca com o facto de estar ou não a haver abate ilegal. Deste modo, entende-se que este sistema não faz sentido, pois não foca o que deveria ser mais importante, ou seja, o combate ao abate ilegal, mas apenas evidencia a implementação ou não do sistema.

As medidas apresentadas para desenvolvimento do sector, foram bem acolhidas pelo Eurodeputado João Ferreira, que se mostrou conhecedor e receptivo ao trabalho da Associação, tendo igualmente exposto algumas considerações já propostas ao Parlamento Europeu.

Lisboa, 19 de Março de 2010